

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF), do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) e representantes da pesca. A reunião teve início às 17:45, virtualmente, pela plataforma Zoom. Estavam presentes: Priscila Saviolo (PEIA/FF), Gabriela Carvalho (PEIA), Rodrigo Victor (FF), Jerri (Colônia Z10), Thati (advogada FCT-OTTS), Santiago (FCT), Ana Flavia Sallai (FCT), Wagner (coordenador FCT e OTTS) e Márcio Roberto dos Santos “Chico” (FCT). Priscila inicia a reunião, pede que todos se apresentem e, em seguida, inicia a apresentação. Expõe que algumas questões já foram pontuadas e pede que os presentes façam suas considerações. Thati comenta que a apresentação está muito boa e que estamos em um ano muito difícil, menciona o relatório do IPCC e que nosso modelo econômico de consumo é muito acelerado. Expõe que devemos nos preocupar cada vez mais com a preservação. Porém expõe a preocupação de que foram feitas reuniões com o setor da pesca, porém não com comunidades tradicionais. Ainda vê a questão cultural e social muito desassociada das unidades de conservação de proteção integral e queria ver mais estudos sobre os impactos nas comunidades tradicionais. Comenta que o tradicional não é só o pescador e a pesca, que tem muito mais sobre esta cultura e que aqui também há indígenas e quilombolas, que também vivem do mar. Destaca que a audiência pública não substitui a consulta livre e prévia informada, prevista em lei para as comunidades tradicionais. Achou que as reuniões começando em junho foi muito atropelado, para uma audiência pública para agosto. Pergunta se existem estes estudos. Expõe a preocupação com a criminalização das comunidades tradicionais que vêm junto com o parque e que este processo tem que ser bem entendido, que está sendo muito rápido. Aponta que estamos no meio do processo do plano de manejo (PM) da APAMLN, que não acabou e que pode influenciar e dar problema neste projeto no futuro e que este processo está muito rápido. Rodrigo ressalta que este é um processo que vem sendo demandado há 25 anos e que a FF avalia que este é um assunto bem maduro, apesar do ritmo. Expõe a real compreensão de que existem processos ocorrendo no marítimo, em especial o PM da APAMLN, uma das coisas que mais mobilizou as comunidades no território nos últimos anos e expõe que a FF está tão ansiosa com a aprovação deste plano quanto os presentes. Comenta que os processos na FF caminham juntos, paralelamente e que o desejo sempre foi concluir primeiro o PM APAMLN. Expõe que quando o processo vai para o CONSEMA, a FF perde um pouco da governabilidade sobre o andamento do processo e realmente ficou um pouco parado. Expõe a notícia de que foi convocada uma reunião do CTBio no CONSEMA para retomar a pauta (para o dia 21 de setembro), então o processo não está mais parado. Expõe que a FF inicialmente queria que o projeto iniciasse somente depois da aprovação do plano e que segurou o projeto. Explica que quando o processo do PM parou, a FF optou por dar andamento no projeto para não perder a oportunidade política de criação do parque, uma vez que é um projeto convergente com o PM da APAMLN. Sobre as questões culturais e impactos em comunidades tradicionais menciona que no relatório técnico existe todo o registro e diagnóstico de ocupação tradicional no território. Sobre impactos, menciona que a hipótese da FF é que o Parque não irá gerar impactos negativos nas comunidades tradicionais. Expõe que como não há comunidades vivendo no polígono e que a área já não permite a pesca no polígono há 40 anos, não iria trazer impactos negativos. Depois de dialogar, muitas pessoas discordaram da visão da FF, alguns dos quais foram vistos como impactos reais. Cita as duas principais questões levantadas: o ato tendente. Serão aproveitadas todas as discussões do PM da APAMLN e incorporadas no decreto de criação do parque e na resolução SMA, para que os pescadores não sejam punidos pelo ato tendente. Sobre a ZA, serão aproveitadas as normativas do

plano de manejo da APAMLN no decreto de criação. Ana pergunta como irão pegar o regimento do PM, se ele não está assinado. Rodrigo responde que, mesmo não instituído ainda, estes textos são resultado de muita discussão no território e podem ser aproveitados. Thati reforça o tempo acelerado deste processo, que a FF faz um processo de produção do relatório de mais de um ano e o tempo para entendimento é muito curto. Chico expõe que gostaria de acreditar na FF, pois para os pescadores seria muito bom que o PM fosse aprovado. Menciona que a FF fala de aproveitar o processo participativo que foi todo discutido com as comunidades, mas que agora para este (parque) isso não foi levado em consideração, estes grupos não foram procurados. Destaca que a apresentação é muito bonita, mas que não traz segurança, expondo o desapontamento pelo fato de que o PM está parado há um ano e meio. Diz que a FF está devendo para os pescadores e pergunta porque toda essa força tarefa do parque não é direcionada para aprovar esse plano. Expõe que os processos ficam muito embaralhados, que deveriam concluir o PM. Diz que é possível via PEIA e APAMLN ordenar o turismo na Ilha Anchieta via conselho gestor. Expõe que a FF perde credibilidade desta forma e que muito pescador não está nem sabendo do processo e dos materiais, nem vai conseguir acessá-los. Comenta que nada disso irá garantir que os pescadores irão saber do processo, nem que não serão autuados. Expõe que as plataformas online são muito limitantes e que devem voltar as reuniões presenciais, pois os pescadores não conseguem acessar. Rodrigo expõe que desde que o processo iniciou, a FF tem feito reuniões virtuais e presenciais, que a pandemia dificulta grandes reuniões, mas que sob demanda está fazendo reuniões presenciais. Menciona que a audiência pública é um marco nas discussões, mas que estas não se encerram e que ainda está à disposição para fazer estas reuniões presenciais. Priscila comenta sobre o PEIA somar na pressão para o andamento do PM da APAMLN e diz que esta não é a única pauta que o PEIA toca, menciona os projetos de educação ambiental e licenciamento como exemplo. Ana expõe que não é contra unidade de conservação, e sim a forma como ela é feita. Aponta que, tudo feito com calma e maior participação dá mais certo. Espera que a discussão não se esgote em setembro e que não seja uma participação política, mas também cultural. Que apesar de ser um processo antigo para a FF, é muito novo para as comunidades tradicionais. Menciona também que sempre souberam que não é possível a pesca na área, mas que também tem que ser pensada a cultura, que é diferente do lazer. Aponta que estes processos afetam as comunidades, até psicologicamente, por não conseguirem se apropriar. Expõe que só eles sentem os impedimentos, as dificuldades, o racismo ambiental, que aparece muita linguagem difícil, que muitas comunidades não têm luz, nem acesso à internet para participar da audiência. Pergunta porque não pode haver uma modificação da Portaria SUDEPE para retornar o cerco e porque não permitir que as pessoas retornem ao território. Menciona que a reparação para o caso do Seu Joel veio muito tarde, que esses processos deixam muitos buracos. Expõe que o ambiental tem que ser visto sempre em relação com as comunidades, que a cultura se passa por gerações e o lazer é diferente, é momentâneo. Sugere a possibilidade de as chatinhas tradicionais operarem para o transporte de passageiros. Por fim, pede que se espere a aprovação do PM da APAMLN, para que somente depois este parque seja construído com calma, em conjunto com as comunidades. Thati expõe que vê avanços no processo e que esta audiência pública nesta data está muito precipitada. Menciona que a ansiedade da FF para a aprovação do plano não é compartilhada, que para eles a sensação é de prejuízo. Expõe que ainda há muitas conversas a serem feitas antes de se avançar com esse projeto e que acredita que a audiência pública deve ser sim adiada. Expõe que o projeto avançou muito em relação aos estudos ambientais e que agora o projeto deve avançar no âmbito cultural e que seja respeitado o tempo do processo, para que o projeto caminhe

melhor. Expõe que juridicamente enxerga bastante fragilidade neste processo, correndo nesta velocidade. Jerri expõe que não havia se atentado em relação a zona de amortecimento, que o PM não está pronto e que estariam assinando um cheque em branco. Expõe também a preocupação com o não andamento do plano de manejo da APAMLN e que se o pescador for autuado na área, será duplamente multado, o que acontece. Ana, no chat, expõe que "estamos cansados de tudo vim de cima pra baixo atropelando tudo". Santiago expõe que seu pai foi impedido de pescar o arrastão de praia, que hoje é permitido, mas é tarde. Expõe que o que a FF chama de passivo, em termos técnicos, é prejuízo para o caiçara. Expõe que a instituição FF lidou muito mal com as comunidades no passado e não tem credibilidade hoje. Expõe que o que era dito em relação às comunidades não conseguem integrar uso e preservação é racismo ambiental e já foi provado o contrário. Exemplifica com o PM da APA Caiuru em Paraty, que foi modificado em prol das comunidades. Expõe que o entendimento é necessário, mas que é mais necessário que os processos sejam condicionados (PM APAMLN e Parque) para que seja mais fácil tanto a apresentação quanto a aceitação do projeto. Expõe que são aproveitadas umas oportunidades, mas que são perdidas outras, principalmente em relação ao tempo de diálogo e entendimento, que daria uma melhor credibilidade à FF e uma melhor construção e capacitação com o território. Priscila agradece as falas e expõe que o uso público é uma demanda que consome muito a gestão e que outras pautas acabam ficando menos discutidas, mas que sempre se perguntou por que não tinha uma maior aproximação do PEIA com a cultura tradicional. Expõe que a AARCCA é agora conselheira e que vem facilitando este processo. Diz que estas questões poderão ser incorporadas nos programas de gestão desta unidade, caso ela seja criada. Menciona as diretrizes de gestão que estão presentes no relatório técnico, nas quais foram incorporadas questões trazidas a partir destas discussões. Menciona que somente o polígono e a APAMLN não são o suficiente para sanar alguns problemas de gestão, os quais o parque permite uma atuação mais direta no território. Thati expõe que está entendendo que o processo vai seguir e ressalta que todos estão pedindo calma e que não seja tão acelerado, bem como todos mencionaram que a audiência pública é prematura. Pede a minuta do decreto, se esta já existir (forumcomunidades.juridico@gmail.com). Ana pede que seja respeitado o tempo que está sendo pedido, que consideram um desrespeito com o que eles vêm se manifestando, caso não se espere fechar o PM da APAMLN. Rodrigo agradece e menciona que a intenção é que seja construído um território mais justo, não só ambientalmente. Expõe que há uma urgência na pauta de preservação ambiental. Menciona que a audiência pública não tem como ser adiada, mas que estamos aqui para facilitar o processo, para ouvir e trazer as questões técnicas do processo. Priscila expõe que, como técnicos, o que conseguimos acolher está sendo incorporado no processo, mas que a intenção não é desrespeitar nem ignorar as colocações. Ana menciona a Convenção 169 e que esta seja respeitada para as comunidades de norte a sul de Ubatuba, que serão afetadas por este processo e que é obrigação do estado proporcionar acesso aos processos e à participação. Rodrigo agradece o tempo e as contribuições. Thati agradece e convida a FF a conhecer o processo do PM da APA Caiuru do ICMBio, que foi muito bem conduzido e por isso não houve resistência na audiência pública e hoje o conselho funciona muito bem. Sugere que a FF estude este processo, que foi feito de forma muito diferente do que todos os outros e que é muito bacana. Priscila agradece a presença de todos e encerra a reunião às 20:14.